

**Artigo\***

**Aprovar ou Reprovar - Quais os Parâmetros?** - Josiane Mayr Bibas e Maria Izabel Valente\*

Um dos grandes conflitos que vêm acompanhando o processo da inclusão escolar de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) é o da promoção. A criança pode ser aprovada, passar para a série seguinte, sem ter aprendido tudo o que foi ensinado ou tudo o que se pretendia que aprendesse? Ela pode ir adiante sem ter atingido aquelas aprendizagens consideradas básicas no percurso acadêmico regular, que vão variar nas diferentes séries? Ela pode seguir com uma turma que tem outro nível de funcionamento, que está em outro patamar de aprendizagem?

Mantendo o olhar da padronização e da improvável homogeneidade, que regeu a escola por muito tempo, ficaria claro que as crianças que não atingissem determinados objetivos não poderiam ser aprovadas. Porém, o enfoque inclusivo veio modificar essa forma determinista e quantitativa de definir aprendizagens e estabelecer os critérios para os avanços. A análise sobre aprovação ou reprovação de uma criança com NEE exige uma ótica qualitativa, um levantamento dos progressos do aluno, utilizando novos indicadores, personalizando ensino e avaliação e empregando parâmetros coerentes com o pensamento inclusivo.

Na visão inclusiva, nota e rendimento não bastam. Muitos aspectos devem ser considerados antes de decidir se uma criança passa de ano ou não.

**A aprendizagem:** a criança aprendeu alguma coisa? Inclusão e aprendizagem significam que a criança está presente, está participando e está adquirindo conteúdos. Toda criança pode aprender; toda criança parte de um patamar inicial e atinge outro, cresce e desenvolve-se; o aproveitamento escolar é individual, e cada um se beneficia de alguma forma de uma aprendizagem. Na análise qualitativa e quantitativa da aquisição de conhecimentos de uma criança com NEE, incorporando aspectos informais, entrevistas, observações, valorizando o processo, e não apenas os

---

\* Texto publicado no Boletim Informativo Psicopedagogia, edição de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2006.

\* Autoras fazem parte do grupo AprendizDown/Curitiba.

resultados, adequando as avaliações ao processo ensino-aprendizagem e possibilitando formas diversas de expressão do aprendido, vamos verificar que aquisições ocorrem, que ela aprende. A criança pode, além dos conteúdos curriculares e cognitivos, mais frequentemente submetidos a avaliações, desenvolver-se em outros aspectos menos formais do ensino regular, mas que contam muito na inclusão: trabalho em grupo, respeito a regras, permanência em uma atividade por tempo cada vez maior, retenção de informações, aumento de seu vocabulário ou melhora de sua preensão do lápis. Parecem aprendizagens simples, que podem passar despercebidas ou pouco valorizadas, no âmbito escolar, para quem não tiver sensibilidade suficiente para rever seus critérios de esforço e sucesso. Todas as crianças merecem ser avaliadas levando-se em conta suas características pessoais de tempo e estilo de aprendizagem, seus conhecimentos prévios e suas necessidades especiais; partindo disso, merecem o estabelecimento de um programa que respeite tais aspectos. Se o programa traçado para aquela criança não surte o efeito desejado e esperado, o problema está no programa, e não na criança. A escola precisa, constantemente, reavaliar a si mesma e redefinir objetivos e estratégias, oferecer alternativas de expressão, buscando interesse e motivação. Portanto, reter a criança na mesma série em nome de um “amadurecimento” ou maior tempo para aprender, sem profundas modificações no quê e no como lhe foi ensinado, querendo que o repita, é atitude irresponsável.

**O relacionamento professor/aluno:** um dado a ser observado é a professora estimulada, que estimula seu aluno. A compatibilidade entre professor e aluno ajuda e enriquece o desenvolvimento. Alguns professores se fortalecem, descobrem dentro de si mesmos uma capacidade de ensinar, seja a quem for. Outros se conscientizam de suas fraquezas e podem ser dominados pelo desânimo, que vai refletir no aprendizado da criança. Nem a professora que superprotege o aluno, nem a que subestima suas capacidades, nem aquela que trabalha pela sua “normalidade”, esperando da criança que ela alcance os colegas, são ideais para a inclusão.

**O relacionamento com os colegas:** ambientes heterogêneos fazem crescer. Uma das grandes forças da inclusão é oportunizar a todas as crianças a convivência com as diferenças, na qual aprende a respeitar as dificuldades e os ritmos de aprendizagem de colegas com vários níveis de funcionamento. Com o passar do tempo, a turma conhece bem a criança com Síndrome de Down, sabe como ajudá-la, quando motivá-la a fazer sozinha, entende seu modo de se comunicar.

Acompanhar a turma é aspecto importante, desde que não haja superproteção, mas que se privilegie o senso de colaboração mútua.

**O nível de autonomia:** tão importante quanto o desenvolvimento cognitivo, é a capacidade da criança de ser autônoma ou de caminhar na direção da autonomia.

**A linguagem:** o modo como a criança comunica-se e compreende o que lhe é dito é fator a ser considerado na decisão final, levando sempre em conta que sua convivência com outras crianças sem dificuldades comunicativas faz com que se beneficie com a experiência e com padrões de fala mais evoluídos, e não mais atrasados, do que os dela.

**A idade dos colegas:** mesmo apresentando atraso no desenvolvimento cognitivo e lingüístico, a criança pode ter seu desenvolvimento físico, fisiológico e social coerentes com sua idade cronológica. Grandes diferenças de idades e tamanhos entre as crianças podem comprometer os relacionamentos; os focos de interesse demasiadamente divergentes podem dificultar a formação de vínculos e compatibilidades.

**O comportamento da criança:** distúrbios da conduta, comportamentos evitativos das situações de aprendizagem são sinais bastante claros de que algo não vai bem. Definindo o elemento gerador do conflito, o professor pode direcionar mais adequadamente sua decisão sobre a permanência daquele aluno naquela série, além de procurar a superação da causa detectada ou não reforçar o comportamento negativo.

**A demanda da família:** cada família tem uma expectativa em relação ao seu filho e à inclusão. Elas devem ser ouvidas, e seus anseios analisados como mais uma variável dessa equação.

**Os conceitos básicos:** alfabetização é importante, mas não é tudo. Há outros canais para aprender e para demonstrar o que foi aprendido. Não podemos desistir por achar que a alfabetização não ocorrerá, mas também não devemos reter o aluno indefinidamente numa série, esperando que a alfabetização aconteça. Em relação à Matemática, é preciso considerar e explorar o fato de que a criança vive os conceitos matemáticos, organizados e aplicados no dia a dia, como referências importantes em sua aprendizagem.

**O aspecto legal:** toda criança tem direito de acesso, de permanência e de progresso dentro da escola. Não há como reter um aluno indefinidamente em uma série.

**O efeito emocional:** reter uma criança que está em movimento, que está se desenvolvendo (mesmo que pouco), que está se esforçando dentro de seus limites, integrada e dedicada, pode



funcionar como um freio, trazendo uma mensagem de que não é suficiente e tendo como resultado a desmotivação.

Quando a reprovação é necessária, sendo considerada importante para o amadurecimento e crescimento da criança, deve-se deixar claro para todos (pais, aluno e professor) que reprovar não é punição nem fracasso. Uma reprovação só deverá ser considerada quando for uma medida que tem como objetivo atender às necessidades da criança, e não fugir das dificuldades da escola.

A decisão sobre aprovar ou reprovar uma criança com necessidades educativas especiais incluída em classe regular deve ser resultado de profunda análise, em que se pesem todos os dados levantados, associados ao bom-senso da escola e ao consenso dos pais e profissionais envolvidos. Como em tudo que se refere à aprendizagem e à inclusão, não existe uma verdade única, nem uma fórmula que defina essa decisão. O que deve existir é o respeito à criança, resultado de um conhecimento profundo e individualizado de suas habilidades, potenciais e necessidades específicas.